

Demonstrações Financeiras

Barra Grande Participações S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Barra Grande Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Barra Grande Participações S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Barra Grande Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia a, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

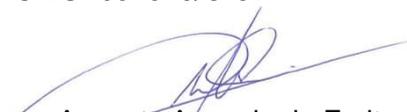
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador CRC-1SP246234/O-0

Barra Grande Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.518	20.713	Fornecedores		27	-
Dividendos a receber	6	891	1.276	Dividendos a pagar	6	10.908	874
Impostos a recuperar		265	79	Impostos a recolher		961	787
Partes relacionadas	6	6.100	5.843	Partes relacionadas	6	5.834	5.955
Total do ativo circulante		<u>37.774</u>	<u>27.911</u>	Total do passivo circulante		<u>17.730</u>	<u>7.616</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos:				Capital social	7	64.129	64.129
Em operações controladas em conjunto	5	58.300	50.703	Reserva de lucros		14.215	6.869
Total do ativo não circulante		<u>58.300</u>	<u>50.703</u>	Total do patrimônio líquido		<u>78.344</u>	<u>70.998</u>
Total do ativo		<u><u>96.074</u></u>	<u>78.614</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>96.074</u></u>	<u>78.614</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Barra Grande Participações S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida	8	72.838	69.967
Custos das vendas	6, 9	(50.616)	(31.730)
Lucro bruto		22.222	38.237
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	9	(204)	(227)
Equivalência patrimonial	5	16.302	31
Lucro operacional antes do resultado financeiro		38.320	38.041
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.148	363
Despesas financeiras		(28)	(22)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		39.440	38.382
Imposto de renda e contribuição social	10	(2.710)	(2.341)
Lucro líquido do exercício		36.730	36.041
Resultado por ação	11		
Básico/diluído por ação ON - R\$		0,1431	0,1404
Básico/diluído por ação PN - R\$		2,2991	2,2559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	36.730	36.041
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>36.730</u>	<u>36.041</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio líquido						Total do patrimônio líquido
	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		64.129	4.849	1.376	-	-	70.354
Dividendos distribuídos de anos anteriores				(1.376)	-	-	(1.376)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	36.041	36.041
Destinação:							
Constituição de reserva legal		-	1.802	-	-	(1.802)	-
Dividendos do ano		-	-	-	-	(34.021)	(34.021)
Reserva de retenção de lucros		-	-	218	-	(218)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		64.129	6.651	218	-	-	70.998
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	36.730	36.730
Destinação:							
Constituição de reserva legal	7	-	1.836	-	-	(1.836)	-
Dividendos distribuídos	7	-	-	-	-	(29.384)	(29.384)
Dividendos adicionais propostos	7	-	-	-	5.510	(5.510)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		64.129	8.487	218	5.510	-	78.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	39.440	38.382
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 5)	(16.302)	(31)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(186)	(60)
Partes relacionadas	(257)	64
Dividendos a receber	385	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	27	-
Impostos e obrigações a pagar	18	683
Partes relacionadas	(121)	2.183
	23.004	41.221
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.554)	(3.118)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.450	38.103
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento de dividendos (Nota 5)	8.705	8.101
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	8.705	8.101
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(19.350)	(34.523)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(19.350)	(34.523)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.805	11.681
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.713	9.032
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.518	20.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Barra Grande Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 22 de abril de 2015, e está domiciliada na Avenida Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, sendo sua controladora a InterCement Brasil S.A.

Atualmente, a principal atividade da Companhia é a participação de 9% na operada em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande (“UHE Barra Grande”) e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão de 40 anos a partir de maio de 2001 (já considerada extensão da concessão em 2021 em função da Repactuação do risco hidrológico), quando o contrato de concessão foi assinado.

A energia elétrica gerada pela BAESA, na proporção da participação da Companhia, é adquirida e vendida em sua totalidade à sua controladora InterCement Brasil S.A., de acordo com preços e termos previamente estabelecidos nos contratos assinados entre as partes. A continuidade operacional da Companhia está condicionada a manutenção dessa estrutura operacional e dos contratos assinados entre essas partes relacionadas.

Efeitos da nova pandemia de Coronavírus (COVID-19)

A administração entende e ressalta a importância das Companhias e seus auditores independentes avaliarem os potenciais impactos da COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta. Nesse contexto, dadas as características da Companhia (que não tem atividade operacional própria), a administração tem monitorado as ações preventivas de combate ao vírus adotadas pela BAESA - Energética Barra Grande S.A., que inclui medidas para conter a disseminação da doença na operada em conjunto à fim de minimizar os impactos da pandemia nas áreas administrativas e de operações. Também nos certificamos que a operada em conjunto analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem afetar a mensuração das provisões e estimativas apresentadas nas demonstrações financeiras, ao risco de realização dos ativos financeiros e não financeiros, ou mesmo alteração significativa de quaisquer outros riscos que a operada em conjunto está exposta, de modo que não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos ou divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão

Em 08 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei do GSF - Generation Scaling Factor (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito, com compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Em 12 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182, que deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Adicionalmente, em 17 de setembro de 2021 foi publicada a resolução homologatória 2.932/21 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo os efeitos do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, o prazo de extensão da BAESA - Energética Barra Grande S.A é de 1.757 dias equivalente a R\$271.621.

Conforme determinado na resolução normativa ANEEL nº 895/20, a BAESA possuía o prazo de até 60 dias contados da publicação da Resolução Homologatória para efetuar as avaliações necessárias e assinar o Termo de aceitação do prazo de extensão de outorga e de desistência e renúncia de direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados aos Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

Dessa forma, a BAESA efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e reconheceu, em novembro de 2021, o montante de R\$271.621 como Direito de extensão de concessão no intangível, em contrapartida aos Custos dos Serviços de Energia Elétrica na demonstração do resultado do exercício, bem como os impactos dos impostos diferidos.

O montante reconhecido no intangível da BAESA como Direito de Extensão de Concessão é equivalente a 1.757 dias de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerra em 06/03/2041.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão--Continuação

Em novembro de 2021, a BAESA assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído na "BAESA" pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE assim como, com base nas regras de cálculo constantes na resolução normativa ANEEL nº 895/20 e prazos de extensão divulgados na resolução homologatória 2.932/21.

O reconhecimento do GSF resultou, nas demonstrações financeiras da Barra Grande Participações S.A., no impacto líquido de R\$16.134 na rubrica de Investimentos, em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial, proporcional a sua participação na BAESA.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados investimentos avaliados pela equivalência patrimonial e ativos e passivos mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Consolidação

A Companhia optou por não elaborar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme exceção permitida no CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, pois: (a) a Companhia é uma subsidiária, sendo que o controlador não tem objeção e publica as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC.; e (b) não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto, nem está em processo de abertura de capital.

2.4. Investimentos em operadas em conjunto

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das operadas em conjunto para adequar suas práticas contábeis às utilizadas pela Companhia.

2.5. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.6. Direito de concessão - Uso do Bem Público (“UBP”)

A BAESA possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 40 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001.

O contrato de concessão da BAESA também estabelece que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, não havendo obrigações adicionais à Barra Grande Participações S.A.

2.7. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas:

- Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente.
- Identificação das obrigações de desempenho contratadas.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Uma receita só é reconhecida quando exista controle e não há incerteza significativa quanto à sua realização.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.8. Tributação

No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de energia elétrica. O imposto de renda e a contribuição sobre as receitas financeiras são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10%, quando aplicável) e de 9%, respectivamente.

2.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado.

a) *Custo amortizado*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios seja receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros, ou a venda de ativos financeiros.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

c) Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadre nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) ao valor justo por meio do resultado.

a) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujos fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

b) Valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais

Contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, são classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado.

Perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- (a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.
- (b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

2.11. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.11. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)--Continuação

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia--Continuação

<u>Normas</u>	<u>Data de início</u>
IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência	01 de janeiro de 2021
IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	30 de junho de 2021

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 em função das respectivas adoções.

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

<u>Normas</u>	<u>Data de início</u>
• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros	01 de janeiro de 2023
• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2023
• Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2022
• Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01 de janeiro de 2022
• Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01 de janeiro de 2022
• Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura	01 de janeiro de 2022
• Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").	01 de janeiro de 2023

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	3	6
Aplicações financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (a)	30.515	20.707
Total	<u>30.518</u>	<u>20.713</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações renderam entre 70% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (70% a 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

5. Investimentos

	Participação no capital social - %	Ações possuídas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo dos investimentos
	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Operações em conjunto: BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	35.854.290	647.778	181.129	16.302	58.300
	2020	2020	2020	2020	2020	2020
Operações em conjunto: BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	35.854.290	563.367	332	31	50.703

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	58.790
Equivalência patrimonial	31
Dividendos distribuídos	(8.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.703
Equivalência patrimonial	16.302
Dividendos distribuídos	(8.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	58.300

6. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a compra e venda de energia elétrica e serviços, dividendos a receber, como segue:

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	Contas a receber (b)	Dividendos a receber	Fornecedores (b)	Dividendos a pagar
Operação controlada em conjunto:				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	891	5.834	-
Afiliada:				
Controladora:				
InterCement Brasil S.A.	6.100	-	-	2.182
Acionista:				
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	8.726
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.100	891	5.834	10.908
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.843	1.276	5.955	874

As transações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue:

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Partes relacionadas--Continuação

	<u>Vendas</u>	<u>Custo/ despesas</u>
Afilhada:		
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	-	(39)
Operada em conjunto:		
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (b)	-	(50.616)
Controladora:		
InterCement Brasil S.A. (b)	<u>75.597</u>	<u>(58)</u>
Total em 2021	<u>75.597</u>	<u>(50.713)</u>
Total em 2020	<u>72.618</u>	<u>(31.835)</u>

(a) Refere-se às despesas com serviços administrativos, relacionados ao centro de serviços compartilhados.

(b) Refere-se à compra e venda de energia elétrica, conforme preços e demais termos definidos em contrato. A receita da Companhia é realizada substancialmente com sua controladora InterCement Brasil S.A.

7. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é representado por 64.129.456 ações nominativas, sendo 51.348.455 ações ordinárias e 12.781.001 ações preferenciais.

Ações preferenciais

As ações preferências da Companhia possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício.
- Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos).
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação.
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos.
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias. Esses eventuais impactos no caso de desinvestimento por parte dos preferencialistas são de responsabilidade da sua controladora InterCement Brasil S.A., portanto, não são registrados nessas demonstrações financeiras.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos

Aos acionistas preferencialistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 80% do lucro líquido, em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	36.730	36.041
Constituição de reserva legal - 5%	(1.836)	(1.802)
Total	34.894	34.239
Dividendos mínimos obrigatórios - 80%	29.384	28.833
Proposta da Administração:		
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	218
Dividendos propostos (*)	34.894	34.021

(*) Do montante total atribuído o total de R\$29.384 foi aprovado para distribuição ao longo de 2021, referentes aos dividendos mínimos obrigatórios (sendo R\$18.476 pagos em 2021), e R\$5.510 foi proposto, na data base de 31 de dezembro de 2021, para aprovação em assembleia geral ordinária. Por esse motivo o saldo proposto foi mantido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 sem a transferência para reserva de retenção de lucros.

8. Receita líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Venda de produtos (a)	75.597	72.618
Impostos sobre vendas (b)	(2.759)	(2.651)
Total	72.838	69.967

(a) A Companhia obteve aprovação para comercialização de energia elétrica, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, em maio de 2016. Portanto, a partir desta data, passou a comercializar energia elétrica à controladora InterCement Brasil S.A. (Nota 6), de acordo com os termos estabelecidos em contrato.

(b) Os impostos sobre vendas são compostos por PIS e COFINS.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Natureza de custos e despesas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custos com compra de eletricidade (a)	(50.616)	(31.730)
Serviços de terceiros	(140)	(105)
Outras despesas	(64)	(122)
Total	(50.820)	(31.957)
Custo dos produtos	(50.616)	(31.730)
Despesas gerais e administrativas	(204)	(227)
Total	(50.820)	(31.957)

(a) Refere-se à compra de energia elétrica da operada em conjunto BAESA, nos termos estabelecidos em contrato, conforme Nota 6.

10. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita bruta	75.597	75.597	72.618	72.618
Percentual do lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	6.048	9.072	5.809	8.714
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	1.512	816	1.452	784
Receita financeira (*)	1.192	1.192	377	377
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	298	108	95	34
10% adicional de imposto de renda	(24)	-	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício	1.786	924	1.523	818

(*) Refere-se ao valor de receita financeira bruta, antes dos impostos aplicáveis (PIS/COFINS), sendo que o valor líquido das receitas financeiras é de R\$1.148 em 31 de dezembro de 2021 (R\$363 em 31 de dezembro de 2020).

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Resultado por ação

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

Ações	31/12/2021		
	ON	PN	Total
Numerador			
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	7.346	29.384	36.730
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações no início do período	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Quantidade de ações no final do período	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Média ponderada de ações	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Lucro por ação (em R\$) - básico e diluído	0,1431	2,2991	0,5728
Ações	31/12/2020		
	ON	PN	Total
Numerador			
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	7.208	28.833	36.041
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações no início do período	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Quantidade de ações no final do período	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Média ponderada de ações	51.348.455	12.781.001	64.129.456
Lucro por ação (em R\$) - básico e diluído	0,1404	2,2559	0,5620

12. Instrumentos financeiros

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras.

Categorias de instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Barra Grande Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

As categorias dos instrumentos financeiros e níveis de hierarquia são como segue:

	2021	2020
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (nível 2) - Nota 4	30.518	20.713
Custo amortizado:		
Partes relacionadas e dividendos a receber - Nota 6	6.991	7.119
<u>Passivos financeiros</u>		
Custo amortizado:		
Fornecedores	27	-
Dividendos a pagar - Nota 6	10.908	874
Partes relacionadas - Nota 6	5.834	5.955

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos a variações do CDI é conforme segue:

Operação	Risco	Cenários		
		1	2	3
<u>Exposição a índices variáveis</u>				
Aplicações financeiras:				
CDI	Queda do índice	3.537	2.653	1.768

O cenário I reflete as expectativas para 360 dias, a partir da data do balanço, disponibilizadas no mercado financeiro (fonte: BM&F) para cálculo dos valores futuros de tais operações, sendo 11,59% a.a. para o Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cenário II considera uma queda dos índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário III, de 50%.

13. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

Em 28 de março de 2022, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.